

## **Indústria extractiva, êxodo rural e economia camponesa – um estudo comparativo de comunidades nas províncias de Nampula, Tete, Gaza e Maputo**

**Autores:** João Feijó e Aleia Agy

**Instituição de afiliação:** Observatório do Meio Rural

**Tema:** Impactos do assalariamento urbano na economia camponesa

### **Resumo:**

Condicionado pelo acesso a capital e a maquinaria, o pequeno campesinato moçambicano continua fortemente dependente do recurso a mão-de-obra familiar intensiva. Em contextos onde a acção social do Estado é pouco visível, é através dos grupos de entreajuda e de lógicas de solidariedade recíproca que os actores definem as suas respostas às dificuldades quotidianas. À luz deste princípio, o êxodo rural, ainda que temporário, pela conseqüente privação de uma mão-de-obra intensiva, poderia ser entendido como um factor destruidor das lógicas de sobrevivência camponesa e familiar.

Contudo, a migração de mão-de-obra rural moçambicana para contextos urbanos ou sul-africanos constitui um fenómeno que remonta ao princípio do século passado. Os trabalhos de Ruth First (1988) descrevem a pressão migratória de muitos jovens rurais para as minas sul-africanas, atraídos pelos melhores salários aí praticados, que levantavam inúmeros problemas às explorações agrícolas coloniais. Se o êxodo rural constituiu um problema para os grandes projectos agro-pecuários, ao nível do pequeno campesinato os efeitos foram distintos. Pela possibilidade de acumulação económica por parte da mão-de-obra emigrante, as experiências migratórias tiveram impactos na monetarização das comunidades rurais, possibilitando o investimento em bens de consumo (rádios ou bicicletas) e meios de produção (alfaias agrícolas), mas também ao nível da reprodução familiar. Negrão (2006) explica como, no caso do Sul de Moçambique, a emigração e as conseqüentes remessas em dinheiro, continuam a contribuir para o desenvolvimento da pecuária, em particular da criação de gado. Estes fluxos monetários são utilizados para o reforço quer das alianças sociais através dos dotes da noiva (lobolo), quer da segurança dos membros da família nas gerações seguintes.

Nesta perspectiva, as práticas de pluriactividade não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas a sua sobrevivência e reprodução, com o qual a própria família pode contar para viabilizar as suas estratégias de reprodução presentes e futuras. Trata-se de uma prática que resulta da interacção entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e económico em que estão inseridas (Chambe, 2011). Tanto os estudos do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2001) como do Ministério do Plano e Desenvolvimento (2005 citados por Chambe, 2011) mostram que existem cada vez mais famílias rurais a combinarem diversas actividades ou membros da família ocupando-se de outras actividades fora da unidade familiar. Como conclui Casimiro (2008), é da (re)criação de estratégias de sobrevivência múltiplas e adaptativas que as famílias conseguem adquirir o suficiente para suprir as necessidades de alimentação, para comprar produtos escolares ou para aceder aos postos de saúde e medicamentos. Na linha de Negrão (2006), as famílias rurais sempre procuraram organizar-se entre o trabalho agrícola e não agrícola, buscando a condição de trabalhador assalariado dentro ou fora das suas unidades familiares e assim, diversificarem seus rendimentos.

Os últimos anos têm sido acompanhados pelo surgimento de inúmeros megaprojectos, sobretudo na indústria extractiva, com efeitos multiplicadores noutros

sectores da economia (na construção, nos pequenos estabelecimentos de alimentação e bebidas ou no comércio informal), que têm sido responsáveis pela atracção de uma grande quantidade de trabalhadores não qualificados para os crescentes centros urbanos ou industriais, a maioria oriundos de zonas rurais. É neste contexto que se pretendem analisar os efeitos das tendências migratórias para as zonas de exploração extractiva ao nível da economia camponesa, em termos de relações de trabalho, mudança de hábitos, quer produtivos, quer em termos de consumo e de investimento.

Com recurso a um conjunto de abordagens de cariz qualitativo, com destaque para as entrevistas, para os grupos de discussão e para a observação no terreno pretendem-se analisar diversas comunidades rurais marcadas pelo êxodo masculino, tanto no Norte (no corredor de Nacala), como no Centro (no vale do Zambeze), como no Sul de Moçambique (no distrito de Chibuto e na capital – zona verde) e analisar como se transformam as dinâmicas produtivas, bem como as respectivas consequências ao nível da reprodução familiar. Trata-se, por um lado, de analisar o impacto das migrações masculinas ao nível da organização do trabalho nas unidades económicas camponesas e da capacidade produtiva da mesma. Por outro lado pretende-se analisar de que forma são aplicados os valores monetários oriundos do assalariamento urbano, quer ao nível do investimento em meios de produção, quer em bens de consumo, quer no reinvestimento nos círculos sociais ou em redes clientelistas. A investigação é financiada e promovida pelo Observatório do Meio Rural.